



## **REFORMAS URBANAS, REURBANIZAÇÕES E O MORRO DA PROVIDÊNCIA: OS DIFERENTES DISCURSOS AO LONGO DA HISTÓRIA**

**Guilherme do Nascimento Rodrigues**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

### **Resumo**

Este trabalho busca discutir os diferentes valores atribuídos ao Morro da Providência pelas reformas urbanas e reurbanizações realizadas pelo poder público naquele local, em outras palavras, buscar-se-á aqui observar como a Providência aparece nos discursos oficiais dos projetos urbanos ali empreendidos. Serão abordados neste artigo projetos como: a Reforma Pereira Passos, o Plano Agache, o Favela-Bairro e o Morar Carioca.

**Palavras-chave:** Projetos urbanos; Discurso; Morro da Providência.

**Grupo de Trabalho n.º7**

Geografia Urbana e ação Política

## 1. Introdução

Na virada do século XIX para o XX o Brasil começa a se urbanizar de forma mais contundente, algumas cidades passam da barreira dos 100 mil habitantes e em 1900 a população brasileira se aproxima dos 10% de população urbana, como mostra Santos (2009). O Rio de Janeiro, como capital da República, não fugia a esse fenômeno e era a cidade mais populosa do país, com mais de 600 mil habitantes. Além disso, Abreu (2008) aponta que a industrialização na cidade começava a se intensificar, o que gerava outra dinâmica para cidade.

Todo este crescimento populacional gerou uma crise habitacional. A área central da cidade era onde se concentrava os trabalhos e como o sistema de transporte coletivo ainda era incipiente e de alto custo, a população também se concentrava ali, buscando estar próxima ao centro de trabalho e gastar o mínimo com locomoção. Como a busca por moradias nesta área se tornou muito maior que a oferta, estava estabelecida a crise no sistema habitacional.

Como solução para esta crise, surgiram habitações coletivas voltadas para a população mais carente, Vaz (1994) detalha como eram as condições e as tipologias destas habitações. As principais características dessas habitações eram o grande número de moradores, as áreas de uso coletivo (banheiro, tanque e pátio) e as péssimas condições de higiene, o que proporcionava o aparecimento de doenças.

O aparecimento destas doenças serviu como pretexto para o governo objetivar o fim dessas habitações coletivas na área central da cidade, já que elas eram vistas como causas da insalubridade observada na cidade.

Com o fim de muitos cortiços a população carente via-se sem opções de se estabelecer no centro da cidade, tendo como única alternativa a ocupação das encostas dos morros da cidade. Assim surgem as ocupações irregulares no Morro de Santo Antônio e no Morro da Providência, sendo esta última considerada a primeira favela da cidade, surgida ainda no final do século XIX.

Com a Reforma Pereira Passos, entre 1903 e 1906, mais cortiços foram demolidos e a cidade passou por uma grande reformulação. Porém, esta reforma que visava resolver os problemas da cidade, tornando-a mais higiênica e bela, acabou por gerar o crescimento das favelas, que com abandono do poder público, acabaram por se tornar um outro problema para a cidade no início do século XX. Os problemas que eram

associados às habitações coletivas são transferidos às favelas, que passam a ser vistas como local de criminosos e foco de doenças.

Essa primeira grande reforma na cidade do Rio de Janeiro demonstra, portanto, o quanto os planos urbanos podem falhar se não contemplarem todas as partes envolvidas. Os planos e projetos urbanos elaborados pelo poder público tem o poder de alterar toda a dinâmica de uma cidade: transporte, saneamento, lazer, etc.

Muitos foram os planos que tentaram resolver o “problema” da falta de habitação e as precariedades encontradas nas favelas, aconteceram avanços, retrocessos, estagnações, porém o que vemos é uma continuidade de problemas históricos.

Estes planos voltados para às favelas obedecem à um ideal ou modelo de cidade almejado pelos governantes que o executam. Desta forma, os ideais de cidade já desejaram a exclusão das favelas, o abandono e a urbanização. Planos diversos foram elaborados para alcançar cada um destes objetivos. Junto à estes planos ocorreu uma constante reelaboração do significado da favela.

É importante dizer que não existe uma homogeneidade no tratamento das favelas pelo poder público. Hoje podemos ver, por exemplo, algumas favelas sendo removidas, enquanto outras recebem grandes projetos de urbanização. Pesquisar como o poder público atuou em relação às favelas ao longo da história seria uma tarefa árdua, dado o grande número destas e sua heterogeneidade.

O Morro da Providência por conta de sua longa história, aparece como um excelente estudo de caso para entender como os diferentes governos lidaram com este modo de ocupação desde o seu princípio. Será importante observar, sobretudo, como o poder público lidou com este tipo de ocupação na região central da cidade e investigar como as intervenções neste espaço se relacionaram com os modelos de cidade idealizados, ou seja, como o Morro da Providência se inseria e se insere nos ideais de cidade traçados por diferentes governos ao longo da história. Sem deixar de frisar que o centro é, na maioria das vezes, a região principal de qualquer cidade, pois é ali que estão concentradas um maior número de atividades e conflitos, e também é a partir desta região que a imagem da cidade é estabelecida.

## **2. A Reforma Pereira Passos**

Em 1903 o engenheiro Francisco Pereira Passos assumiu a prefeitura da cidade

do Rio de Janeiro. Com um histórico profissional importante, pois já havia participado da Comissão de Melhoramentos do Rio em 1874, o engenheiro foi convidado pelo Presidente Rodrigues Alves para assumir o cargo. Era interesse do presidente remodelar a cidade do Rio de Janeiro, isto fica explícito em uma mensagem dele ao Congresso Nacional em maio de 1903, onde este diz que era necessário “consertar os defeitos da capital que afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional” (SANTOS & MOTTA, 2003)

O principal interesse do presidente seria, segundo Azevedo (2003), a modernização do porto. Tal interesse também estaria exposto no discurso do presidente ao Congresso:

Parece-me, porém, que o serviço deve começar pelas obras de saneamento do porto, que têm de constituir a base do sistema e hão de concorrer não só para aquele fim utilíssimo, como evidentemente para melhorar as condições do trabalho, as do comércio e o que não deve ser esquecido, as da arrecadação de nossas rendas. (Apud AZEVEDO, 2003, p. 42)

Porém as reformas empreendidas por Pereira Passos também tinham outros objetivos como o embelezamento e saneamento da cidade. Era preciso criar uma nova capital que simbolizasse a importância do país como principal produtor de café do mundo e fizesse frente a outras cidades rivais platinas.

Várias foram as transformações na cidade, entre elas o alargamento de ruas, a construção da Avenida Beira-Mar, a construção da Avenida Central, obras de embelezamento da Praça XV, início da construção do Teatro Municipal e demolição de diversos cortiços que soavam como ameaças em relação à proliferação de doenças.

Neste período as favelas ainda estavam em estado inicial, haviam sido criadas no final do século XIX em função da crise habitacional e do já preconizado combate aos cortiços, que agravava essa crise. No entanto, Pereira Passos já apresentava uma preocupação em relação a estas favelas, como revela uma matéria de Everardo Backheuser na revista Renascença de 1905:

O ilustre Dr. Passos, ativo e inteligente Prefeito da Cidade, já tem as suas vistas de arguto administrador voltadas para a “Favela” e em breve providências serão dadas de acordo com as leis municipais, para acabar com esses casebres (apud ZYLBERG, 1992, p. 26)

Esta matéria diz respeito a presença de cerca de cem casebres no Morro da Providência, naquela época conhecido como Morro da Favella. A promessa de retirada

não se concretizou, mas as ameaças continuam assustando a população daquela localidade, como veremos na continuidade deste trabalho.

Outro documento que revela o olhar negativo em relação ao Morro da Providência é uma carta de um delegado ao chefe de polícia, esta carta datada de 1900 revela o olhar das forças policiais em relação ao morro. Alba Zaluar apresenta este relato em seu livro “Um século de favela”:

Obedecendo ao pedido de informações que V.Excia., em ofício sob nº 7071, ontem me dirigiu relativamente a uma local do ‘Jornal do Brasil’, que diz estar o morro da Providência infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias no local designado, se bem que não haja famílias no local designado, é ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro um só bico de gás, de modo que para a completa extinção dos malfeitores apontados se torna necessário um grande cerco, que para produzir resultado, precisa pelo menos de um auxílio de oitenta praças completamente armadas

O delegado ainda acrescenta o que considerava a solução mais apropriada:

Parece, entretanto, que o meio mais pratico de ficar completamente limpo o aludido morro é ser pela Diretoria de Saúde Pública ordenada a demolição de todos os pardieiros que em tal sítio se encontram, pois são edificadas sem a respectiva licença municipal e não têm as devidas condições higiênicas.

Percebe-se portanto que o Morro da Providência já na década de 1910 é visto como feição indesejadas e digna de remoção. Cabe dizer que os jornais contribuíam para a visão negativa da favela, tida já em sua origem como reduto de marginais e foco de doenças e assim se configurando como “problema” a ser resolvido.

### **3. O Plano Agache**

No final da década de 1920, o Rio de Janeiro sob a administração do prefeito Antônio Prado Junior, convida o arquiteto francês Alfred Agache para elaborar um plano de remodelação urbana para a cidade.

Segundo Rezende (1982), ainda que feito na última administração da República Velha, ou seja, durante o governo do presidente Washington Luís, o plano já era resultado de pressão da burguesia industrial, que via a necessidade de adaptar a cidade à

seus interesses.

O plano tinha algumas medidas que visavam a melhor utilização do espaço da cidade, portanto foi pensado um zoneamento de atividades, o planejamento dos transportes de massas e do sistema de abastecimento de água. Além disso, o plano realizou delimitações de áreas verdes e demonstrava grande preocupação com a questão habitacional, propondo moradias para os operários.

Zaluar (2006) revela que dentro do Plano Agache, o capítulo referente às favelas propõe a transferência da população ali residente. Segundo Agache esta população desfrutaria de uma liberdade individual ilimitada que criava sérios problemas sob o ponto de vista da ordem social e da segurança e também do ponto de vista da higiene geral da cidade, sem falar na estética.

Zylberg (1992) ainda revela a definição de favelas contida no plano. A autora diz que as favelas eram vistas como “cidade-satélite de formação espontânea, que escolheu de preferência, o alto dos morros, composta, porém, de uma população meio nômade, avessa a toda e qualquer regra de higiene (...) as favelas constituem um perigo permanente de incêndio e infecções epidêmicas para todos os bairros (...) sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza”.

Zylberg também aponta as soluções contidas no plano para os morros localizados na região central da cidade:

Os morros que confinam com o porto, os da Conceição, da Providência e do Pinto, devido a sua proximidade do centro comercial e das vantagens higiênicas que lhes confere sua elevação, poderão ser facilmente remodelados em vilas de residência para pequenos funcionários e os pequenos empregados do comércio

Como se pode observar o plano possuía grande preocupação funcional e estética. Cada elemento desempenha uma função no “organismo”, revelando também a visão organicista da época. Por isso o zoneamento da cidade foi feito de forma que cada bairro tivesse uma função para a cidade. As favelas dentro deste pensamento aparecem como elemento que atrapalharia a harmonia e ordem urbana e, portanto, sem função.

A solução para às favelas era tida como simples, a remoção dos barracos e construção de habitações higiênicas para os trabalhadores, este foi o pensamento que inspirou os parques proletários na década de 1940.

#### **4. Parques Proletários e as políticas para favela na década de 1950**

Como foi apresentado anteriormente, as políticas apontadas para favelas nos primeiros anos do século XX era restrita apenas a remoção e, ainda assim, estas não foram realizadas de fato. Existia uma verdadeira negação das favelas à ponto destas não figurarem nos mapas oficiais da cidade.

O Código de Obras da cidade do Rio de Janeiro, que data de 1937, é tido como o primeiro reconhecimento oficial das favelas. Este código decretava a proibição de novas construções e melhorias nas moradias das favelas. Portanto, as favelas mesmo quando reconhecidas pela primeira vez pelo poder público, aparecem como feição indesejada. Cabe dizer que na Reforma Pereira Passos não existia documento oficial declarando a existência destas.

No início da década de 1940 o médico Vítor Tavares de Moura, à pedido da Secretaria Geral da Saúde do Distrito Federal, realiza um estudo propondo soluções para o “problema das favelas”. Este estudo possuía um viés higienista, autoritário e excludente e sugeria soluções como:

- a) o controle de entrada no Rio de Janeiro de indivíduos de baixa condição social;
- b) o recâmbio de indivíduos de tal condição para os seus Estados de origem;
- c) a fiscalização severa quanto às leis que proíbem a construção e reconstrução de casebres;
- d) a fiscalização dos indivíduos acolhidos pelas instituições de amparo;
- e) promover forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais de uns e incentivar a escolha de melhor moradia

O doutor Moura também vai apontar como solução

a construção de casas provisórias, pelo menos do tipo mínimo permitido pela lei, e para elas transferidos os moradores dos casebres, tendo em vista as suas condições de saúde, de trabalho e de defesa contra varíola, difteria doenças do grupo colifítico além de inspeção torácica e apurações de conduta social (Apud VALLA, 1984, p. 283)

Assim surge na prática a ideia dos Parques Proletários, com intuito higienista, mas que vai além disso, a intenção era realizar um verdadeiro “processo civilizador”. Os moradores desses parques tinham que apresentar atestado de bons antecedentes e recebiam lições de moral e civilidade.

A pretensão do plano dos parques proletários era atingir mais de trezentas mil pessoas, porém entre 1941 e 1943 apenas três parques foram construídos: o Parque Proletário da Gávea ou Parque número 1, o Parque Proletário do Caju, e

um terceiro, no Leblon. Estes parques abrigaram aproximadamente 4 mil pessoas e o que era para ser uma solução provisória, acabou se tornando permanente. Os parques só tiveram seu fim quando a especulação imobiliária fez pressões para que isto acontecesse.

Nenhum desses parques inicialmente recebeu moradores do Morro da Providência. Somente em 1958, que alguns moradores foram para o Parque do Caju, após uma explosão em uma pedreira da região conhecida como Livramento. Segundo Gomes (2009), o Parque Proletário da Gávea abrigou moradores das favelas do Largo da Memória Olaria e Capinzal, enquanto o Parque do Caju recebeu moradores de uma favela que ocupava faixa de terrenos da Central do Brasil, sendo removida devido às intenções de ampliação e melhorias da linha férrea. Já o Parque Proletário do Leblon recebeu moradores da favela da praia do Pinto.

Vemos, portanto, que os parques proletários assim como as políticas anteriores, trataram a favela como local a ser removido e, para isso, mais uma vez utilizou-se do discurso da higiene. Os Parques Proletários acabaram sendo um plano mal-sucedido, pois foi muito aquém do número de população que pretendia atender e também as instalações construídas acabaram se favelizando e já aparecendo dentro da categoria de favelas no Censo de 1950.

Na década de 1950 os moradores de favela começam a se mobilizar politicamente, as organizações comunitárias ganham força e o governo e instituições começam a se preocupar com os problemas lá encontrados. A esse respeito Burgos (2006) diz:

A partir dos anos 50, nota-se o estabelecimento de ligações mais consistentes entre a favela e a política, inclusive com o surgimento de lideranças que estabelecem vínculos orgânicos com os partidos. Concomitantemente, o capital cultural das favelas começa a ser valorizado, fato que contribui para aproximar os moradores das favelas de segmentos intelectuais da classe média da sociedade (BURGOS, 2006, p.29)

Portanto, o Estado e a igreja católica aumentam sua atuação dentro das favelas, pois existia uma preocupação com a mobilização política da favela e as correntes comunistas em ascensão. São criados o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas (Serpha), instituição do poder municipal do Rio de Janeiro, e também a Cruzada São Sebastião, instituição da igreja católica que tinha uma atuação de interlocutor entre os moradores da favela e o poder público, negociando inclusive a não remoção de algumas favelas. Já o Serpha teve sua atuação na década de 1950 mais



restrita a apoiar as ações da igreja.

Também nesta década foi criada a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal, organização dos moradores de favela, que passaram a negociar seus interesses diretamente com o Estado.

Nesta década percebe-se uma luta política contra remoções, a chegada de maiores melhorias à favela e a prestação de serviço social por parte da igreja. A vida comunitária e a força política da favela pareciam se fortalecer.

## **5. As políticas para favela no governo militar**

Na década de 1960 os militares assumem o poder do Estado e implantam um regime de repressão e controle das correntes opositoras. Todo avanço político e comunitário dos moradores da favela começa a enfraquecer, uma vez que as associações de moradores tem que se submeter ao Estado, passando a estar sob controle da Secretária de Serviços Sociais. Além disso, era reconhecida apenas uma associação por favela. Estas associações deixaram de fazer o papel de representante dos moradores para fazer as vezes de poder público na favela, cabendo a elas autorizar ou não (após consulta à órgãos do Estado) as reformas e concertos nas habitações e reprimir novas construções (BURGOS, 2006, p.35)

A principal política pública para as favelas nesse período foram as remoções. Para abrigar os removidos das favelas, alguns conjuntos habitacionais foram construídos, principalmente na Zona Oeste, como são os casos da Vila Kennedy e da Vila Aliança. Isto gerou grande descontentamento dos moradores que foram removidos, pois foram retirados todos seus vínculos sociais e agora necessitavam fazer grandes deslocamentos até seus locais de trabalho. Porém com oferta de habitação facilitada, estes conjuntos habitacionais acabaram por atrair muitos moradores.

Sem controle urbanístico e social estes conjuntos habitacionais acabaram virando favelas. Portanto, o que era para ser a solução do problema habitacional, acabou gerando novos problemas. O que se percebe nesse período são as favelas nas áreas de especulação imobiliária sendo removidas, e novas sendo criadas nos conjuntos habitacionais que recebiam estes removidos. Além disso, também surgiam novas favelas em encostas mais próximas do centro da cidade que ainda se encontravam livres.

Vale lembrar que algumas poucas urbanizações de favela também foram

realizadas nesse momento, assim como começou a se desenhar a política do Banco Nacional de Habitação, que visava o financiamento de habitações para as camadas mais pobres.

Neste período, o Morro da Providência sofreu com grandes deslizamentos de sua encosta, decorrente das atividades da pedreira que tinha atuação no morro desde o princípio de sua ocupação.

O principal desabamento ocorreu em 1968, onde mais de 50 pessoas ficaram soterradas. Na época a Geotécnica produziu um laudo que recomendava a remoção de todos os barracos da vertente da Central do Brasil, região que concentrava cerca de 1500 moradores. Até a capela do Cruzeiro foi condenada a remoção pelo laudo, o que não acabou ocorrendo na prática.

Após este desastre alguns moradores foram removidos para conjuntos habitacionais na Cidade de Deus e na Fazenda Coqueiro, localizada em Senador Camará.

Em 1975, um novo deslizamento provocou a remoção de nove barracos próximos a Praça Américo Brum.

Como vimos, a política do remocionismo serviu para a desmobilização da categoria de favelado como ator político. Os laços dos moradores com seu lugar se enfraqueceram e algumas relações comunitárias também. Neste cenário de abandono das reivindicações políticas dos favelados, as políticas clientelistas aparecem fortemente na década de 1980, ofertando alguns benefícios em troca de voto. Por outro lado a população se sentia ressentida com estas remoções e não confiavam plenamente no Estado. Essa situação só passa a ser mudada a medida que o país vai se redemocratizando, quando algumas associações de moradores voltam a ter uma atividade mais presente.

## **6. O Favela-Bairro e o Museu à Céu Aberto**

Após anos de abandono por parte do poder público, muitas favelas encontravam-se em estado precário de serviços e infraestrutura urbana. Muitas eram as favelas que não tinham ruas asfaltadas e sistema de iluminação e abastecimento de água satisfatórios.

Diante dessa realidade, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro elaborou um

programa de urbanização de favelas, nomeado de Favela-Bairro. A intenção deste programa era munir as favelas de uma infraestrutura digna, fazendo com que se integrassem aos bairros formais, possuindo os mesmos serviços que este.

Segundo Lopes (2010), o programa Favela-Bairro tinha como objetivos e diretrizes:

Complementar ou construir a estrutura urbana principal; oferecer condições ambientais para a leitura da favela como um bairro da cidade; introduzir os valores urbanísticos da cidade formal como signo de sua identificação como bairro: ruas, praças, mobiliários e serviços públicos; consolidar a inserção da favela no processo de planejamento da cidade; implementar ações de caráter social, implantando creches, programas de geração de renda e capacitação profissional e atividades esportivas, culturais e de lazer; promover a regularização fundiária e urbanística.

Apesar de ter sido elaborado em 1994, durante o primeiro governo do prefeito Cesar Maia, o programa só realiza as obras de urbanização do Morro da Providência no ano de 2005, já no terceiro mandato do prefeito.

Junto a urbanização da favela foram restauradas diversas construções históricas do local, considerado oficialmente como primeira favela do Brasil. A restauração dessas construções faziam parte do Projeto Museu à Céu Aberto, que visava, através da criação de um roteiro, a valorização da história do Morro da Providência, que tem papel fundamental dentro da história da cultura negra e do samba na cidade do Rio de Janeiro.

As obras no Morro da Providência receberam mais de quatorze milhões de reais em investimento. O projeto do Museu foi idealizado pela arquiteta Lu Petersen e recebeu parte desses recursos.

O projeto de urbanização do morro estava inserido dentro de um projeto maior de revitalização da região Portuária do Rio de Janeiro. Nesta revitalização foram construídas a Vila Olímpica da Gamboa e a Cidade do Samba, local que abriga os barracões de confecção de alegorias e adereços das escolas de Samba do Rio.

O Museu a Céu Aberto não se trata de um museu típico, onde uma única edificação que reúne a história da favela. Ele é um roteiro turístico pela favela. Existe um caminho marcado por placas de metal que forma uma espécie de trilho no chão da comunidade, este caminho define o percurso que o visitante fará, direcionando-o para os pontos selecionados como de maior interesse histórico da favela e também a mirantes que permitem uma visão panorâmica do centro da cidade.

Apesar da intenção de valorização da história do morro, o projeto não deu certo, devido principalmente a dois pontos: a violência dos conflitos ocorridos em função do

tráfico de drogas e a pouca interação com a população local.

Como exemplo da violência, pouco depois da inauguração do projeto, tanto a casa de Dodô da Portela, quanto a Capela do Cruzeiro, que são dois pontos que integravam o roteiro turístico, foram alvejados por tiros provenientes de um confronto entre os traficantes do local e o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar. A sugestão após este conflito foi que as visitas fossem marcadas com antecedência.

Palhares (2009) mostra em sua pesquisa que grande parte dos moradores não chegaram a ter conhecimento do projeto. A autora diz que 65% dos moradores entrevistados por ela diziam não conhecer o projeto.

Outra crítica ao projeto é em função dele tentar forjar uma identidade local através de artesanato e apresentações de capoeira e danças que não são típicas daquela localidade.

Com todos estes problemas, é importante observar a mudança na postura do poder público em relação à favela, neste momento ele tenta valorizar a história daquele local e integra-lo à cidade formal, através da implementação de serviços, infraestrutura e do turismo.

Em vídeo oficial de divulgação do projeto, a prefeitura realiza o discurso de que o Morro da Providência é elemento fundamental na história do Rio de Janeiro, como podemos ver no trecho abaixo:

O Rio de Janeiro mantém sua história viva através de exemplos que fazem das comunidades a própria história da cidade e do seu povo, o Museu Vivo do Morro da Providência nos mostra um ponto importante dessa história.

O então prefeito Cesar Maia, ainda complementa esta importância com a seguinte declaração:

Se me pedissem para destacar um ponto da cidade do Rio de Janeiro que marca sua história desde o final do século XVIII, eu diria que é o Morro da Providência.

Observa-se, portanto, que de feição negada pelo poder público, o Morro da Providência torna-se parte fundamental da história da cidade e objeto de política pública que preserve e valorize sua história e edificações importantes.

## **7. Cimento Social**

Em 2007 o senador carioca Marcelo Crivella elaborou um projeto intitulado

como intitulada como “Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco com participação do Comando do Exército”, que ficou conhecido popularmente como Cimento Social.

Segundo Leal (2010), este projeto objetivava a recuperação, adequação, conclusão, reforço estrutural e melhoria de habitações individuais e coletivas, utilizando mão-de-obra local. O projeto recebeu investimento de 12 milhões de reais, provenientes do Ministério das Cidades.

O projeto também contava com ajuda do Exército Brasileiro, que mandou soldados dos seus batalhões de engenharia para realizar as obras e garantir a segurança na comunidade. A segurança era um ponto de forte preocupação no discurso do senador, que acreditava que com este projeto poderia dar tranquilidade à favela e neutralizar as atividades dos traficantes de drogas armados:

É certo que a maioria dos crimes, no País, acontece em vilas e favelas dos grandes centros urbanos. Ademais, pesquisas indicam que, no Brasil, grande parte dessas mortes podem ser atribuídas à sangrenta realidade do tráfico de drogas. Assim, o Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco além de proporcionar a melhoria da qualidade de vida das famílias que habitam comunidades carentes, reveste-se, também, de importante estratégia para o assenhoreamento territorial. Por seu intermédio, o Estado, de forma pacífica e companheira, acomodará seu poder nas áreas dominadas por facções criminosas. É, portanto, com esse propósito que a gestão do programa é confiada ao Comando do Exército, que além de atender à questão estratégica, tem larga experiência em obras de engenharia. Por essas razões, o programa difere positivamente dos demais programas habitacionais tradicionais. (CRIVELLA, 2007 apud LEAL, 2010)

O projeto teve início no dia 13 de dezembro de 2007, quando os soldados subiram o Morro da Providência para iniciar as obras.

No dia 14 junho de 2008 alguns soldados do exército teriam entrado em conflito com três jovens moradores da Providência que os teriam desacatado. Como punição aos jovens os soldados entregam-os à traficantes do Morro da Mineira, que fazem parte de uma facção criminosa inimiga da facção que comanda o Morro da Providência. Os jovens teriam então sido mortos. Após este conflito, vários protestos foram realizados na comunidade e a presença do Exército passou a ser fortemente indesejada.

Em 28 de junho de junho de 2008, após denúncias de uso eleitoral da máquina pública, o Tribunal Regional eleitoral, embargou as obras do projeto. Havia denúncias de que o senador Marcelo Crivella havia elaborado panfletos mostrando o Morro da Providência antes e depois das obras de seu projeto. Também ocorreram denúncias

dizendo que o projeto favorecia moradores frequentadores da Igreja Universal do Reino de Deus, da qual o senador já foi bispo.

Observa-se que este projeto retoma a visão do Morro da Providência como local perigoso e característico da criminalidade. Além disso, suas obras parecem retomar um processo clientelista.

## **8. Morar Carioca**

Atualmente o Morro da Providência recebe novas obras de urbanização. Estas obras se inserem dentro de um novo programa da prefeitura municipal, intitulado Morar Carioca.

O Morar Carioca foi lançado em julho de 2010, tendo como objetivo urbanizar todas as favelas da cidade até 2020. O programa receberá 8 bilhões em recursos até o fim de suas obras.

Em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, a prefeitura realizou concurso para escolha dos projetos a serem implantados nas favelas cariocas. Dos 86 escritórios inscritos no concurso foram selecionados 40 para conduzir o planejamento e as obras a serem realizadas.

O Morar Carioca se diferencia do Favela-Bairro, primeiramente na escala de ação e investimento, tendo muito mais recursos e favelas contempladas em relação ao programa antecessor. Além disso, o programa se preocupa com aspectos que não eram foco do Favela-Bairro, como a questão da habitação.

Canedo (2012) diz que no Morro da Providência o mesmo escritório de arquitetura que havia feito o projeto do Favela-Bairro foi contratado, através de carta-convite, para realizar as obras do Morar Carioca. A justificativa da prefeitura para a realização do projeto Morar Carioca seria a necessidade de complementação da infraestrutura iniciada no projeto Favela-Bairro, e realização de melhorias habitacionais nas casas, além da construção de novas unidades habitacionais e promoção de reassentamento das casas em área de risco, realocando a população prioritariamente em unidades próximas à favela. Estas novas habitações serão construídas dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida.

É importante lembrar, que assim como o Favela-Bairro as obras no Morro da Providência estão inseridas dentro de um plano maior de revitalização da Zona Portuária

do Rio de Janeiro, visando adaptar esta área para receber edifícios que servirão para os Jogos Olímpicos de 2016.

Além das melhorias habitacionais e de infraestrutura, serão construídos um plano inclinado na Ladeira do Barroso e um teleférico ligando o Morro da Providência à Cidade do Samba e outro até as proximidades da Central do Brasil. A realização da obra do teleférico é um dos pontos de maior questionamento e crítica, pois resultará na remoção de muitas casas que estão no trajeto da obra. Esta obra não é tida como prioritária e, na verdade, vai contra a vontade dos moradores, pois além das casas que serão removidas, o teleférico acabará com uma das principais áreas de lazer da favela, a Praça Américo Brum.

Também está previsto a construção de um centro histórico nas proximidades da Igreja Nossa Senhora da Penha. Este centro é uma excecência na medida em que prevê construção de uma história, com casarios coloniais, que nada tem haver com a história do Morro da Providência e para isso também prevê a remoção de casas na localidade.

Muitos são os movimentos que se articulam contra as mudanças propostas, podemos citar como exemplo o Fórum Comunitário do Porto e o Movimento Favela Não se Cala que promovem debates e disputas jurídicas contra as obras promovidas pela prefeitura.

O Fórum Comunitário já produziu um laudo que revela que muitas das remoções de casas em áreas de risco, assim definidas pela prefeitura, poderiam ser evitadas com obras de contenção e outras casas condenadas nem correm risco de desabamento. No entanto o que podemos perceber é a continuidade das obras e o teleférico já em etapa de implantação.

## 9. Conclusão

Podemos ver que o Morro da Providência passou por muitas intervenções urbanas e cada uma delas enxergava esta favela de uma maneira. No início do século XX o discurso de maior força era o higienismo, já hoje vemos o discurso do risco ambiental, mas também uma valorização da favela como constituinte da história do Rio de Janeiro.

Segundo Vainer (2003), hoje uma das grandes correntes de planejamento urbano é o da cidade-empresa, onde as cidades devem ser competitivas. Este pensamento,

segundo o autor é em grande parte incentivado pelo Banco Mundial, que em seus documentos sugere que as cidades devem competir pelo investimento de capital, atrair mão-de-obra qualificada e atrair novas indústrias e negócios.

Acreditamos que é dentro deste pensamento que a revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro está sendo realizada, visando dinamizar uma área que até então se encontrava abandonada de investimentos públicos e torna-la atrativa para investimentos. Dentro deste contexto é de valiosa contribuição a citação de Monteiro (2011)

Ao longo da história, grandes intervenções urbanísticas vêm se concentrando nas áreas centrais das cidades. Estes espaços são alvo de operações que buscam adaptá-los, acompanhando os ideais de sociedade prevalecentes em cada período e são geralmente balizadas, no plano político, pela necessidade simbólica de concretizar o poder estatal e, no plano econômico, pela adequação de espaços de modo a promover a reprodução do capital, principalmente o capital imobiliário. Assiste-se assim, a cada novo contexto, a emergência de diferentes denominações para os processos implementados: renovação, reabilitação, revitalização, requalificação, regeneração, entre outros (MONTEIRO, 2011, p.28)

É dentro desta perspectiva que um novo tratamento do Morro da Providência é realizado, sendo mais atrativo atribuir valor à favela e inseri-la dentro do discurso da região do que reforçar estigmas negativos em relação à esta. Dessa forma, projetos de urbanização, segurança pública e turismo ganham força na região, ainda que a população não seja ouvida na construção destes projetos e que muitas de suas carências continuem sem a assistência devida.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Mauricio. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2008

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, maio-ago, 2003.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos Parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (org). **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

CANEDO, Juliana Soares Gomes. **Intervenções urbanas em favelas: O Arquiteto no Processo Coletivo de Construção e Transformação das Cidades**. Rio de Janeiro:UFRJ, 2012

GOMES, Luiz Claudio Moreira. **Parques Proletários: uma questão para além da**



**política habitacional.** XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2009.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. Projeto Cimento Social no Morro da Providência e a pré-eleição na capital fluminense. In: QUEIROZ, A.C.F, MACEDO, R.G, REAL, V.K.C (org) **Estratégias de Propaganda Política: reflexões sobre eleições brasileiras.** São Bernardo do Campo: Sociedade Brasileira de Pesquisadores e Profissionais de Comunicação e Marketing Político, 2010

LEITÃO, Geronimo & DELACAVE, Jonas. **Morar Carioca: uma nova etapa de urbanização de favelas da cidade do Rio de Janeiro?** Mimeo

LOPES, Robson de Oliveira. **As Simetrias e Assimetrias dos Projetos Favela Bairro / PAC no Espaço Favelado Carioca.** Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010

MONTEIRO, João Carlos. **Habitação Social na Área Central do Rio de Janeiro: Reflexões Críticas a partir do Programa Nova Alternativas.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2011

PALHARES, Barbara Goés. **A cidade como espetáculo urbano: um estudo de caso a partir do caso do Morro da Providência.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

REZENDE, Vera. **Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva & MOTTA, Marly Silva da. **“Bota-abaixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003).** Revista Rio de Janeiro, n. 10 , maio-ago. 2003

SANTOS, Milton. A Urbanização Pretérita In: SANTOS, M. **Urbanização Brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

VAINER, Carlos B. Utopias Urbanas e o Desafio Democrático. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n. 105, p. 25-31, jul./dez. 2003.

VALLA, Victor Vincent. **Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do rio de janeiro, 1941-1980.** In: Seminário de Habitação Popular no Rio de Janeiro: Primeira República. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

VAZ, Lilian Fessler. **Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamento – a modernização da moradia no Rio de Janeiro.** Análise Social, vol xxix, 1994.

ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (org). **Um Século de Favela.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

ZYLBERG, Sônia. **Morro da Providência: memórias da favela.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

Sites:

<http://planourbano.rio.rj.gov.br/> Acessado em: 08/06/2013